

Artigo Seleccionado

Um Estudo do Fenômeno da Guerra na Idade Moderna sob o Prisma dos cinco Campos de Poder.

Ronaldo César Brasil de Souza()*

1 INTRODUÇÃO

As idéias que nortearam este artigo são aquelas que permitem conjugar a história militar com as expressões dos campos do poder – político, econômico, psicossocial, científico-tecnológico e militar. De maneira particular me atrevo a considerá-las – as expressões do poder - dentro do estudo da história militar no período da Idade Moderna (1453-1789). É verdade que o artifício de empregar os períodos da história torna-se, por vezes, bastante impreciso, entretanto, como ferramenta de estudo é reconhecidamente didático.

O estudo do fenômeno da guerra no período considerado não sugere qualquer ineditismo. Contudo, aplicar, mesmo que parcialmente, a método cartesiano dos campos do poder a esta investigação nos remete à idéia do quanto esse método é atemporal e pode, sim, ser utilizado como ferramenta de trabalho para o pesquisador.

Na seqüência, veremos de maneira sucinta aspectos relacionados a cada um dos campos do poder que, de alguma maneira, influenciaram a arte da guerra e o pensamento militar entre a tomada de Constantinopla e a Revolução Francesa.

2 DESENVOLVIMENTO

Os campos do poder foram estabelecidos como ferramentas para compartimentar a metodologia do estudo na área de política e estratégia; sua adoção permite flexibilizar o raciocínio de forma parcelada. Sem embargo, é fundamental ressaltar que esses campos são indissociáveis entre si, compõem o todo do Poder Nacional como o conhecemos hoje, e são definidos em: Político, Econômico, Psicossocial, Militar e

Científico-Tecnológico.

O mundo cristão-ocidental guarda aspectos muito particulares no estudo da história, em especial a forte influência exercida pela fé cristã sobre a Europa e suas colônias aqui na América. Considerando o escopo deste trabalho, é natural que o ambiente geográfico por ele abrangido esteja confinado ao espaço europeu. O velho continente sofreu influências várias de hordas bárbaras durante a Idade Antiga e Medieval sem, contudo, abalar as estruturas cristãs, colaborando até mesmo para reforçar aqueles valores, e é deles que herdamos parte do pensamento humanista que possuímos.

Vejamos, então, a análise do campo político. As nações européias estavam vivendo uma fase nova decorrente de um processo de mudanças que se iniciou na história medieval. Os reinados absolutistas buscavam a unificação de seus territórios, bem como o estabelecimento de um ideário político comum entre os diversos pequenos reinos existentes dentro de suas fronteiras. Um ministro de Felipe IV, Rei de Espanha, comentou, certa feita, sobre a necessidade de estabelecer o domínio de fato sobre aquilo que já pertencia ao Rei por direito. O Duque de Olivares se expressou dizendo: “*Que Vossa Majestade considere a questão mais importante de vossa monarquia é tornar-se Rei de Espanha: eu quero dizer com isso, senhor, que Vossa Majestade não se contente em ser Rei de Portugal, de Aragão, de Valença, conde de Barcelona, mas que trabalhe [...] para reduzir estes reinos, que compõe a Espanha, ao estilo e às leis de castilha, sem que haja qualquer diferença[...]*”. Essa afirmação exprime uma necessidade que se impunha ao Rei de

(*)O autor é Tenente-Coronel da Arma de Engenharia do Exército Brasileiro, graduado pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) e mestrado em Ciências Militares pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME). Atualmente é instrutor da ECEME. (Email: ronaldo.cbs@hotmail.com)

estabelecer a unidade de seu reinado pelo regime da força, se necessário.

Para isso, seria mister conseguir o apoio das armas e, ainda, que fossem capazes de sobrepujar as vontades individuais de cada príncipe em separado. Não obstante, esse desejo esbarrava em dificuldades orçamentárias para manter um exército poderoso.

Restava, então, ao soberano, como forma de remediar a questão econômica, aplicar pesadas taxas sobre os vencidos e/ou sobre os seus súditos. A cobrança de taxas nem sempre era bem aceita e em países já regidos por leis parlamentaristas, a exemplo da Inglaterra, o soberano se arriscava a ter seus poderes ainda mais limitados pelo parlamento. Alguns historiadores dão a esse expediente o significativo nome de “taxa de violência”, haja vista que sua cobrança, não rara vez, aplicava o uso da força para o recolhimento dos valores.

Em contrapartida, o mandatário oferecia o regime das leis. À medida que suprimia direitos e vontades dos pequenos feudos, estabelecia cobrança unificada de impostos que lhe permitiria pagar pela manutenção dos seus exércitos. Com isso, o regime absolutista se fez a ferramenta mais adequada para garantir a permanência do Rei e a melhor forma de justificar o êxito na cobrança dos impostos.

O Absolutismo contribuiu, também, para justificar a existência de forças armadas permanentes. Nas mãos do soberano, seus exércitos tornaram-se instrumentos de guerra que contribuíram para sua permanência no poder, além de excelente máquina de arrecadação de recursos para o Estado Nacional, caracterizando o poder militar como fator de decisão do poder político.

Dois frases da autoria do Rei Luís XIV – autodenominado “Rei Sol” – encerram o sentido do termo “Estado absolutista”, a sua importância para a idade moderna e para o fenômeno da guerra: “*Assim eu quero e assim eu mando e a razão disso é a minha vontade*”

e “*O Estado sou Eu*”.

Foto de Luís XIV – o Rei Sol

O econômico é outro campo do poder que tem, nessa fase da história, uma forte relação com o fenômeno da guerra. A economia era uma prática descentralizada antes da formação dos Estados Nacionais.

O medievo praticava uma cultura econômica de subsistência e, quando muito, baseada na troca de produtos – os escambos – entre as aldeias e feudos distribuídos pela Europa. As grandes feiras existentes onde hoje se situam a França e os Países Baixos foram a melhor experiência nesse campo. Dada a incipiência da economia, manter um exército era algo extremamente difícil e exauria muito da renda nacional e, em alguns casos, dos recursos pessoais do Rei. Entrementes, a adoção de exércitos de mercenários também onerava o país e, pior, não garantia a prestação do serviço para o qual havia sido contratado. O risco de ser deposto por um *condotiere* – comandante das tropas mercenárias – era real e pairava sobre a cabeça do Rei.

A solução para tudo isso foi buscar meios de recompor os cofres públicos, considerando que o butim de guerra estava com seus dias contados desde que Carlos Magno, na Idade Média, o havia banido do Império Carolíngio. A criação de taxas e o aporte compulsório de recursos pelos vencidos, aliados, nobreza e, em maior número, pelos súditos, foi a solução encontrada.

É claro que a cobrança desses impostos quase nunca contavam com o beneplácito de todos. Entretanto, se revelou mais compensadora, haja vista que não onerava tanto quanto na época feudal. Por exemplo, um mercador era taxado uma única vez ao utilizar-se de uma estrada real, ao contrário do período anterior, que a cada principado que cruzasse deveria pagar uma parcela de imposto correspondente ao uso da mesma estrada; ressalta-se que ao Príncipe

cabia definir o valor da cobrança, com pouco ou nenhum benefício para o Rei. Da mesma forma foi possível garantir, às expensas dos cofres reais, frações de tropas que tinham por missão manter a integridade do reino, inibir os abusos dos Príncipes e zelar pelo fiel cumprimento do pagamento das taxas reais.

A cobrança de impostos foi sempre mais fácil de ser estabelecida em reinos onde o absolutismo teve maior expressão, a exemplo da França, Suécia e Espanha. Ao contrário, a Inglaterra parlamentar, e também por consequência de fraca tradição absolutista, encontrou dificuldade em taxar seus súditos. O reflexo disso foi a falta de recursos para mobilizar tropas e meios para a campanha.

Um caso muito específico dessa circunstância é a crise que se abateu sobre a Grã-Bretanha no ano de 1745, quando lá desembarcou Carlos Eduardo Stuart reivindicando a coroa em nome de seu pai. Na defesa daquele país existiam tão somente 8.000 soldados; o ônus político em autorizar a cobrança de novas taxas que permitissem a alocação de maiores efetivos retardou em quatro meses a necessidade de ampliar o exército para 30.000 homens.

O aspecto econômico quase sempre deu sustentação à política dos Estados, particularmente nos assuntos relacionados à guerra. Assim é, que os Estados Nacionais da Idade Moderna buscaram formas de garantir a manutenção de uma estrutura de guerra que servisse de instrumento para sua ampliação e manutenção e de seu poder arrecadador. A posse de novas regiões garantia maiores espaços para a cobrança de impostos e o aporte de mais insumos, carreando mais divisas. Este ciclo, ao qual dou o nome de **“Ciclo para Manutenção dos Estados Absolutistas”**, ganhou novo impulso com a revolução industrial, fato histórico que criou as bases para o surgimento da corrida armamentista da era das indústrias.

Por sua vez, o estudo do fenômeno da guerra, no que tange ao campo

psicossocial, na Idade Moderna, está intrinsecamente relacionado com aspectos da Idade Média. Este período vê consolidar-se a fé cristã na Europa, as cruzadas justificarem o advento das guerras e as tornarem símbolo da redenção do homem diante de Deus. Nesse contexto, as lutas para expulsão do “árabe infiel” concorreram para a consolidação dos Estados Nacionais. Guerra e religião compunham as duas faces de uma mesma moeda; não por acaso a queda de Constantinopla marca o fim da Idade Média. Foi nesse ambiente que nasceu a idade moderna.

Indiscutivelmente, a guerra estava impregnada no inconsciente do povo europeu no início do século XV e nos que se seguiram. Assim mesmo, todos os óbices a ela relacionados nos levam a imaginar o problema que foi a mobilização de recursos humanos para travar os conflitos desse período, sem dúvida o aspecto mais ponderável do campo psicossocial: como mobilizar meios em pessoal sem desconfigurar a nação ou privá-la dos artifícios do seu sustento e do seu desenvolvimento?

A grande maioria dos soldados exercia atividades no campo; seu recrutamento ocorria em períodos de crise, ou seja, a organização de exércitos nacionais permanentes era incipiente e só se consolidou durante o século XVIII. Maquiavel advogava, já durante o século XV, o fim do mercenarismo e o uso de tropas de nacionais.

Via de regra o recrutamento ocorria de três formas: pela submissão do vencido, em caráter voluntário de nacionais ou estrangeiros ou pelo mercenarismo.

Já foi dito que o braço mercenário, em muito dos casos, tornou-se um problema para o Rei, em razão da insolvência ou dos fluxos e refluxos da política vigente. Sem dúvida, o mercenário era tido como um profissional das armas, mais capaz em razão da prática continuada. Nessa condição,

destacaram-se os italianos, que vendiam seus “bons” ofícios para o melhor pagador, sem vínculo algum com a causa política.

A Europa, nos primórdios da Idade Moderna, não fazia muito havia passado pela terrível experiência da peste negra (Sec. XVIII). A mortandade reduziu a mão-de-obra disponível para o campo. O início da revolução industrial atraía numerosos efetivos para os centros urbanos, diminuindo ainda mais a oferta de trabalhadores rurais. Sob essas duas pressões, o Estado Moderno teve que atuar de modo a conciliar seus objetivos militares de recrutamento.

A melhor solução foi a profissionalização dos exércitos, mesmo que reduzidos em efetivos. Optou-se, então, pelo mecanismo do recrutamento compulsório, particularmente de nacionais. Outras diversas soluções foram adotadas como, por exemplo, o sorteio, o recrutamento segundo o critério de perfil econômico do recrutado e, até mesmo, a doação de uma gleba de terra ao recrutado, criando o vínculo do mobilizável com o exército nacional enquanto persistisse a situação militar do assentado.

A profissionalização acabou por criar uma nova camada social e intelectual. O adestramento constante em exercícios de campanha, a fatigante e diária atividade militar e a prática ininterrupta do exercício do comando e da subordinação desenvolveram tipos humanos característicos, cujo compromisso com o grupo, com a Instituição e com o Estado fizeram ressurgir valores que estavam recalcados desde as Cruzadas. Valores como lealdade, devoção e abnegação foram incrementados na vida da caserna, um verdadeiro resgate das tradições das Ordens eclesiásticas e de cavalaria, agora incorporadas aos exércitos em geral. Foram esses valores que moldaram os contornos psicológicos e da área afetiva de uma profissão que se assemelhava ao sacerdócio e que continuavam prevalentes até hoje nos exércitos profissionais.

No campo militar, como não

poderia ser diferente, o fenômeno da guerra apresentou as suas maiores implicações. Armas, uniformes, táticas e técnicas foram recriadas ou adaptadas às modernas tecnologias do campo de batalha.

A guerra de sítio não caiu em desuso na Idade Moderna. Ao contrário, no início desse período se acentuou. A razão para isso foi que as batalhas francas, em campo aberto, desgastavam por demasiado os militares e reduziam a mão-de-obra do meio rural em virtude da alta letalidade dos combates.

A cavalaria foi, nessa quadra, superada pela infantaria e artilharia, enquanto as fortificações e seu uso foram ampliados. O esforço do Rei em diminuir o poder do senhor feudal também colaborou para o declínio da arma, haja vista que esses senhores podiam mobilizar seus próprios vassalões com o objetivo de empregá-los na cavalaria.

Os sítios demoravam meses e, em alguns casos, até anos. O reforçamento estrutural dos castelos guardava a tendência de equilibrar o aumento do poder de fogo da artilharia. Os projetos de pedra, ainda muito comuns, foram sendo substituídos por metálicos e de carga de pólvora negra, com excelentes resultados sobre as muralhas.

Foi nesse período de ação e reação, provocadas pelas fortificações e artilharia, que teve início uma silenciosa revolução da arte da guerra na área das construções militares. O “traço italiano” - estilo de construção fortificada - é uma preciosa característica, e se estendeu de tal modo que chegou a marcar presença em boa parte da Europa.

O aprimoramento ocorreu com as inovações arquitetônicas do “*Senhor de Vauban*”, nobre francês que revolucionou a prática da construção militar. O Forte de Macapá – Brasil guarda a característica marcante dos bastiões, essa evolução técnica que viabilizou a defesa na guerra de sítio, visto que projeta o defensor para fora de suas muradas originais, permitindo o tiro com

arcabuz e de artilharia em todas as direções. No flagrante abaixo vemos a foto da dita fortificação e o detalhe dos bastiões que se projetam além das muradas.

Como já foi dito, a cavalaria entrou em declínio durante a Idade Moderna em virtude da mobilidade da infantaria e dos efeitos provocados pela artilharia. Some-se a isso o fato de que manter tropas hipomóveis era extremamente caro para a economia incipiente dos Estados nacionais absolutistas, diferentemente da Idade Média, quando o ônus recaía sobre o próprio cavaleiro, a suas expensas deveria manter o piquete de montarias, cavalariços e materiais, deslocando-se com essa comitiva de batalha em batalha.

Ao final da Idade Moderna, a arma ligeira voltaria aos seus dias de glória, com o advento da figura dos *Hussardos*, tropa hipomóvel, dotada de espada, pistola e/ou mosquete, destinados às perseguições e cargas a cavalo. Desferiam um tiro ou dois com suas armas de fogo para, depois, passar ao emprego de armas brancas. O choque inicial, pelo fogo, era complementado pela carga que se seguia e pelo poder do sabre. Usavam vestimentas mais leves, optando por perder a proteção dada pela armadura e ganhar em mobilidade e maneabilidade a cavalo. Na foto abaixo, uma representação do cavaleiro hussardo.

Desenho de cavaleiro hussardo e sua montada – Fonte:

Ainda, no campo militar, a arma que, provavelmente, mais tenha marcado sua presença no campo de batalha durante esse período, por aspectos ligados a sua evolução técnica e tática, tenha sido a artilharia. Desde a Batalha de Crecy, na Guerra dos 100 anos, quando os ingleses usaram a bombarda com sucesso contra os franceses graças ao efeito moral de sua explosões em substituição ao da metralha, a artilharia evoluiu rapidamente, impôs o fim da guerra de sítio e acentuou a importância do binômio “fogo e

movimento”. A guerra, ao final da Idade Moderna, já buscava as grandes amplitudes e impunha a manobra de pequenos e grandes escalões com judicioso aproveitamento do terreno.

A engenharia de combate ganha projeção face à necessidade de deslocar meios, como as peças de artilharia. É bem verdade que trabalhos de engenharia já eram empregados no campo de batalha, particularmente em fortificações de campanha. Entretanto, os grandes trabalhos de espaldões e pequenos trechos de estradas se fizeram essenciais quando do emprego sistematizado da artilharia.

No campo científico-tecnológico, os anos da Idade Moderna foram de acelerado crescimento e produtividade. É um engano não admitir que a celeridade das inovações era adequada e possível para aquele período. O arcabuz, o mosquete, o fuzil de pederneira, com os seus diversos modelos e calibres, a baioneta de alvado, todos foram transformações e inventos que acabaram por influenciar a arte da guerra.

Vejamus a baioneta de alvado: até a sua adoção o emprego do fuzil era restrito, uma vez que as versões anteriores impediam a execução do tiro quando do seu engrazamento – baionetas “caladas”. O simples fato de possibilitar o encaixe do acessório e, ao mesmo tempo, continuar atirando revolucionou o uso do armamento.

Assim também ocorreu com a artilharia. Somente após o domínio completo do processo da metalurgia é que os canhões se consolidaram. Antes das evoluções da ciência e tecnologia, o canhão quase sempre era montado a partir de porções soldadas entre si e, não raro, a soldadura entre essas partes se rompia, ocasionando terríveis explosões e baixas entre os artilheiros. A confecção de tubos a partir da forja de uma única peça metálica revolucionou a artilharia.

C a b e m a q u i a l g u n s questionamentos: 1) “o canhão está para a

idade moderna assim como a energia nuclear está para a idade contemporânea?” 2) “não teriam sido os avanços da metalurgia de guerra que conduziram os passos da Europa em direção à industrialização, propiciando a infra-estrutura tecnológica mais adequada à expansão industrial?” Consideramos que só uma análise mais aprofundada, fora dos objetivos desse estudo, permitiria tentar dirimir essas dúvidas.

A cada nova geração, o fuzil tornava os oponentes mais distantes no campo de batalha. O alcance aumentava, a precisão se ampliava e seu peso diminuía consideravelmente. O mesmo ocorreu com a artilharia e o advento do tiro curvo em profundidade, criando possibilidades de bater pelo fogo a retaguarda do inimigo, e, assim, desarticular seu comando e controle, sua reserva, e sua logística.

A tecnologia agregou excepcionais avanços à arte da guerra, modificando o campo de batalha e as táticas empregadas pelos exércitos da época.

3 CONCLUSÃO

A Idade Moderna foi um período rico em modificações no campo de batalha, com reflexos em todos os campos do poder. Com seus reis absolutistas, o período lançou a Europa em um turbilhão de mudanças. Os exércitos profissionais (campo militar), esteios dos reis modernos (campo político), solicitavam mais-e-mais do esforço da economia (campo econômico), da cumplicidade do povo (campo psicossocial) e da modernidade tecnológica (campo científico-tecnológico), para garantir a manutenção da coroa.

Da mesma maneira, esses Estados recém unificados careciam de novas áreas para complementar a sua economia, necessitavam de novos mercados fornecedores de matérias-primas e consumidores de seus produtos. A guerra tornou-se o artifício legítimo para ampliar e mantê-los e o exército o instrumento que viabilizou essa política de Estado.

Com o estudo desses fatores, buscamos comprovar que a herança do mundo moderno lançou raízes sólidas no mundo contemporâneo, em especial no campo das ciências militares. Observamos uma grande tendência dos exércitos em continuarem sendo, no futuro, instrumentos tão importantes para a garantia da soberania, da integridade do território, do progresso e da democracia quanto o foram no passado.

De todo o exposto, é lícito concluir que os ensinamentos colhidos na história, vistos sob a ótica das expressões do poder, são sempre atuais, e que devem merecer acurada análise segundo essa metodologia de estudo político-estratégico, eficiente ferramenta de apoio ao processo decisório para consecução dos objetivos de Estado.